

Ecofeminismos, agroecologia e uma experiência de política de relacionalidade e cuidado

LUÍSA DE PINHO VALLE*

Resumo: Proponho analisar, desde uma hermenêutica ecofeminista, a experiência levada a cabo por mulheres-agricultoras no Baixo-Sul da Bahia/Brasil, com a produção de alimentos agroecológicos. Identifico, em especial a partir da luta do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, no município de Camamu-BA, a realização de políticas relacionais que privilegiam o cuidado com e para a vida, humana ou não. Nestas práticas, a vida está no centro da ação e visão do mundo e não a maximização do lucro e a monocultura da economia capitalista. Objetivo trazer à evidência experiência concreta de práticas-transformadoras que alimentam outra lógica de política econômica capaz de redirecionar o caminho da sociedade humana para a cooperação com o organismo Terra. Elaboro esta análise por meio de revisão da literatura em diálogo com algumas das impressões registradas e reunidas nas trocas, entrevistas e observações que desenvolvo em uma investigação-ação participante que está em curso.**

Palavras-chave: Feminismos; Alimentos; Práticas-transformadoras; Cooperação.

Ecofeminisms, agroecology and an experience of politics of relationality and care

Abstract: From an ecofeminist hermeneutics, I propose to analyse the experience carried out by women-farmers in the Lower South of Bahia-Brazil, with the production of agroecological foods. I identify, especially from the struggle of the Group of Women of the Dandara dos Palmares Settlement, in the municipality of Camamu, the implementation of a politics of relationality that privileges care with and for life, human or otherwise. These practices privilege life as centre of action and worldview, rather than capitalist economy's maximization of profit and monoculture. The objective is to uncover a concrete experience of transformative practices that nurture another logic of economic policy capable of redirecting the path of human society towards cooperation with the organism Earth. I elaborate this analysis by means of a literature review in dialogue with some of the impressions registered and gathered in the exchanges, interviews and observations that I develop in an ongoing participatory-action research.

Key words: Feminisms; Foods; Transformative-practices; Cooperation.



* LUÍSA DE PINHO VALLE é doutoranda do programa Democracia no Século XXI, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

** A referida pesquisa é realizada no âmbito do doutoramento *Democracia no século XXI*, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e é financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia – FCT, Portugal.

1. Introdução

Outro mundo possível para mulheres, homens e toda sorte de seres vivos coabitarem na Casa comum, a Terra, “está na barriga deste, esperando..., é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos” (GALEANO, 2011). O movimento orgânico ecofeminista traduz esse pulsar de um mundo diferente, de integração e coexistência entre toda forma de manifestação da vida. Isto não significa homogeneidade nos pensamentos ecofeministas, nem tampouco que as práticas desenvolvidas sob essa inspiração são globais, ou tenham uma fórmula universalizada para as diversas lutas e realidades do mundo.

Desde o seu nascimento, das lutas de movimentos sociais no século XX, o ecofeminismo apresenta pensamento plural, mas que partilha vozes críticas e diversas. Esta pluriversidade de pensamentos proporciona olhares múltiplos para as diferentes realidades existentes sem deixar de convergir na afirmação da interdependência e compartilhamento da vida, humana e não-humana, no planeta (MIES; SHIVA, 2014; MERCHANT, 1990; PULEO, 2013; MIES, 2014; GEBARA, 1999; VALLE, 2017; 2019a). Alinho-me a Raquel Gutiérrez ao descrever a nossa Casa comum:

O mundo é um pluriverso, um arquipélago emergente de mundos em luta, habitado por uma constelação de tecidos comunitários que sustentam a vida em meio à violenta negação de seus horizontes e desejos.¹ (KHOTARI *et al*, 2019: 10)

Ademais, a despeito da diversidade das propostas ecofeministas, todas compartilham a compreensão de que a subordinação da mulher ao homem e a exploração sobre o que se convencionou chamar por natureza, são as duas faces da mesma moeda que respondem à lógica da dominação e desprezo à vida. (HERRERO *et al*, 2019: 198).

Na base do pensamento ecofeminista está a relacionalidade prático-transformadora que congrega mulheres e homens na árdua tarefa de realizarem, nas ações cotidianas, um exercício equilibrado de criação, formação e expansão de saberes, constituído em *polirracionalidades* (MASOLO, 2009). Isto porque, com Dismas Masolo (2009), defendo a potência da razão humana plural, composta de sistemas de percepção variados e de múltiplas dimensões. Assim, contrários à categoria monorracional, os ecofeminismos confirmam que o ambiente não é o entorno onde seres humanos vivem, mas a matriz pluriversal e vital sem a qual a sua existência não seria possível e não teria sentido (VALLE, 2019a). Pois, somos todas e todos seres em relação com: somos todas e todos (humanas ou não) coparticipantes do organismo Gaia. Para pensarmos-nos, primeiramente, como seres ecodependentes, finitos e vulneráveis, coparticipantes de um mesmo organismo vivo, faço coro com muitas feministas: ‘nós precisamos mudar as nossas lentes para olhar e conhecer o mundo’².

A separação imposta às sociedades vivas, forjada no pensamento cartesiano e reducionista moderno, é uma ilusão, afirmam Vandana Shiva e Katikey Shiva (2020). Ilusão porque construímos e fomos/somos formadas/os em sistemas

¹ Tradução livre da autora.

² Alusão ao trabalho das ecofeministas Yayo Herrero e Marta Pascual (2019): Cambiar las

gafas para mirar el mundo: una nueva cultura de la sostenibilidad. Madrid: Libros em Acción.

relacionais “impensáveis” (HARAWAY, 2019: 86). Pois, com a difusão de uma visão cartesiana do mundo, construída no eu unidade-isolado que é um átomo e não pode estabelecer relação se não for movido pela força, fundamenta e determina um sem fim de presenças antagônicas em nossos imaginários. Os estereótipos culturais sobre feminino e masculino difundidos no pensamento iluminista europeu não reconhecem – ou, se muito, marginalizam –, inúmeras relacionalidades necessárias para o bem viver da comunidade Terra. Com a ilusão cristalizada na ideia de que cada parte da relação antagoniza, compete e/ou domina a contraparte, os pares de opostos construídos e sedimentados em nossa ciência e cultura ocidentais, somente poderiam e podem gerar sistemas relacionais “impensáveis”, realmente.

Como demonstram Vandana Shiva e Kartikey Shiva (2019), esta formação mecânica do pensamento separou ainda o solo das plantas, compreendido o solo como um recipiente vazio para receber os fertilizantes químicos. E as plantas são máquinas aptas a funcionar com o combustível fertilizante. Separa o alimento que consumimos da saúde de nossos corpos. Separa a terra do ar e o uso da terra da poluição atmosférica e das mudanças climáticas. Assim como, separa tanto o conhecimento como a inteligência do processo da vida e o do viver. Pois reduz o conhecimento a informação e dados, separa os genes dos organismos vivos auto-organizados e atribui poder criativo àqueles que os manipulam, concedendo-lhes monopólio e controle - mesmo se o custo for a extinção das espécies. (2019: 20-21)

Por outro lado, como destaca Maristella Svampa (2019), as lutas levadas a cabo por seres-mulheres, – em especial nas

organizações e movimentos do campo/rural, indígenas, socioambientais e culturais -, têm rompido com a lógica mecânica das separações antagônico-hierárquicas e estão construindo uma relação diferente com o meio onde vivem. Ser humana/o não é compreendido como um ente exterior à natureza, mas sim como parte dela. Explica Svampa que as dinâmicas relacionais promovidas nessas lutas partem da compreensão da ecodependência entre humanos e não-humanos e propõem o cuidado com e para a vida como política transformadora (2019: 64-67).

Com esta compreensão, trago à análise a experiência do roçado agroecológico do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, no município de Camamu-BA. Esclareço que esta análise é elaborada a partir das narrativas da líder comunitária Maria Andrelice dos Santos, com quem mantenho diálogo desde março de 2019, no âmbito da pesquisa doutoral que realizo. Assim, a revisão da literatura aqui escolhida privilegia a transculturalidade de conceitos concretos, visões do mundo e práticas relacionais desenvolvidas na pluriversidade epistemológica, ontológica e política presentes no mundo. Isto porque, em linha com Khotari *et al* (2019), a confluência de visões econômicas, sociopolíticas, culturais e ecológicas que enfrentam a fatalidade da monocultura da economia capitalista, abrem outras possibilidades para a comunidade humana no planeta.

Divido, assim, este artigo em três momentos: 1/ apresento o roçado do Grupo de “Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos”, a prática agroecológica desenvolvida e a circulação comercial dos alimentos produzidos; 2/ contrariando a ordem antivida do atual estágio do sistema

patriarcal-capitalista, identifico nas estratégias e organizações não só do Grupo, mas da rede de agricultoras agroecológicas do território do Baixo-Sul da Bahia, política relacional de cuidado com e para a vida. Por fim, teço algumas considerações acerca da análise desenvolvida com o objetivo de ampliar o horizonte para a continuidade da participação da comunidade humana no planeta.

2. Agroecologia e o roçado de mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares

Parto da compreensão defendida por Luciana Jacob (2019) de que a agroecologia “é uma racionalidade que impulsiona um sistema agroalimentar contra-hegemônico.” Pois, como Jacob explica, para ser rompido o paradigma da agricultura industrial extrativista-capitalista, não se pode partir da mesma racionalidade.

A epistemologia da agroecologia constitui-se não como uma síntese de conhecimentos de diferentes grupos sociais, nem a partir da hierarquia entre eles, mas como campo de diálogo sobre saberes, práticas e experiências sociais concretas. (JACOB, 2019)

Esclareço que não é minha intenção transcorrer sobre o histórico e/ou estudos da agroecologia, mas sim demarcar a compreensão que assumo. Agroecologia, assim, significa também um processo de transformação socioeconômico e político focado na agricultura associada à sustentabilidade ecológica do sistema de produção. A agroecologia é uma ciência para análise e avaliação dos agroecossistemas e sistemas alimentares, como também, simultaneamente, é uma proposta de práxis técnico-produtiva e sociopolítica em torno do manejo equilibrado – ecológico – dos recursos

naturais (SEVILLA GUZMÁN; SOLER MONTIEL, 2009).

E sobre capitalismo, compartilho do entendimento de tratar-se de um sistema econômico e uma forma específica de organizar as relações entre humanas/os e o restante das manifestações da vida (PAREDES, 2014; PATEL; MOORE, 2018; CUNHA, 2015, 2017; CUNHA; VALLE, 2019), que tem a pretensão de ser totalitário e universal. Hoje, na sua versão mais violenta neoliberal, encontra nos agronegócios, nas mineradoras, na exploração petrolífera, no turismo, nas hidroelétricas e parques eólicos as diferentes faces da expansão econômica deste sistema que expulsa e domina os povos, explora e desertifica territórios, sem assumir qualquer responsabilidade sobre os seus impactos (GARGALLO CELENTANI, 2015; SVAMPA, 2019; JUBETO RUIZ; LARRAÑAGA SARRIEGI; VALLE, 2019).

O Assentamento Dandara dos Palmares foi demarcado em 1997, numa área de 1.272 hectares que foi explorada com a monocultura do cacau pela empresa Cepel Agropecuária Ltda., anteriormente. O declínio das atividades cacaeiras no final da década de 80 (século XX), e a proliferação de grandes propriedades improdutivas impulsionaram o surgimento dos assentamentos rurais, no Sul da Bahia. No momento inicial, da formação do Assentamento Dandara, as famílias reunidas em acampamentos passaram por grandes dificuldades. A monocultura do cacau, então presente, deixou devastada a biodiversidade local. A desnutrição e as doenças foram logo vivenciadas na comunidade, em especial pelas crianças. Por essa razão, “em 1998 um grupo de 20 mulheres solicitou à Associação Comunitária um lote de quatro hectares.” (SOUSA; LEITE; RIOS, 2009)

O roçado agroecológico do Assentamento Dandara dos Palmares é fruto da iniciativa de cinco mulheres. Em 1999, juntamente com o apoio e incentivo do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e da Pastoral da Criança, elas rearticularam e reorganizaram a produção dos alimentos no Assentamento. Todavia, a conquista de um pedaço de terra para o Grupo das Mulheres de Dandara, não foi fácil junto à Associação Comunitária. Maria Andrelice dos Santos – a Del³, liderança na comunidade desde a ocupação da terra que resultou no Assentamento de Dandara, lembra⁴:

(...) eu levei a proposta pra pauta pra uma área específica pras mulheres pra produzir alimentos. Porque tinha o índice da desnutrição das crianças e a gente tinha um espaço, pra gente sozinha e tal... no momento foi uma rejeição muito grande, teve muitos homens que não deixou as mulheres irem para o grupo, porque as mulheres iam ser desencaminhada, mas a gente conseguiu ainda aí ... vinte mulher naquele momento, para o grupo. Mas pra conseguir essa área legalizada foi várias reuniões...

Aí mudou, virou, pegaram uma capoeira, uma área de capoeira, que era uma área que já tinha sido plantado o cacau, que chamaram de cabruca – é umas árvores bem alta e só com um matinho ralinho que já tinha sido uma área explorada de tirar madeira, pras madeireira, aí eles pegaram isso. (...)

E aí na própria assembleia eles dizem: ‘olha, a gente vai dar essa área pra elas porque elas não vão

dar conta. Deixa... Elas não querem a área? Dá a área. Elas não vão dar conta e depois a gente retorna essa área pra gente, novamente.’ Aí na própria conversa eu disse pra eles: ‘tá apostado! Vocês vão comer a produção daquela área.’ Aí teve uns que disseram que: ‘quando aquela área tivesse produzindo eu vestia saia’. [E vestiu?] Não. Não vestiu. (Del)

A luta enfrentada por seres-mulheres contra o sistema antívida no qual vivemos, é dizer: o capitalismo; passa, primeiramente, por dentro da família, da própria casa (FEDERICI, 2014, 2018b). As hierarquias construídas para a força do trabalho, explica Federici (2018b), são, também, fundamentais à manutenção da ordem do sistema do capital. A uma só vez, essas hierarquias e antagonismos criados justificam a ideologia sexista e racista, bem como dividem com eficiência as camadas sociais. E outorgam, ainda, ao homem assalariado, (seja pela renda formal ou não), o poder e o controle sobre os corpos e o trabalho das mulheres.

Contrariando a cultura sexista que atravessa nossas sociedades, “Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos” foi/é o impulso-guia do Grupo de Mulheres de Dandara. Em 1999, quando liberada a chamada *cabruca*, o grupo deu início ao trabalho em mutirões:

(...) a gente pegou essa área e aí começou a trabalhar. Era só mato e mato. Mas aí a gente começava a observar as plantas que tinha, que tava lá caindo a semente..., e aí, nos primeiros momento, foi alguns companheiro dar um apoio e depois era só a gente e a gente mesmo! A

³ A partir desse momento passo a chamar Maria Andrelice dos Santos somente por Del.

⁴ Esclareço que ao transcrever a fala da Del – Maria Andrelice dos Santos – utilizo as entrevistas, encontros e conversas realizadas

tanto pessoalmente, como nas trocas de mensagens que travamos. Utilizo o itálico para destacar a sua fala da minha, pesquisadora. E também, apresento a transcrição da sua narrativa sem qualquer alteração.

gente tirou uma primeira colheita..., de mandioca. A gente tirou uma tonelada de farinha. Uma tonelada de farinha! A gente foi arrancar, a gente foi ajuntá lenha, foi jogar pro caminhão, foi levar pra casa de farinha, foi raspar, foi todo um processo, foi ensacar, foi comercializar, tudo foi nós que fizemos. E foi dividir o recurso, dividir a farinha, tudo foi nós, nós que coordenamos. E aí depois a gente tirou bananas da terra, que as pessoas vinha da cidade comprar na nossa mão. (Del)

Com o apoio de algumas entidades que assessoraram ao Grupo, - na produção do viveiro de mudas frutíferas, no manejo agroecológico e na gestão de um fundo rotativo para compra de insumos, sementes e ferramentas -, a antiga capoeira foi revitalizada com grande diversidade de cultivos. Porém, a implantação de diferentes práticas agrícolas, introduzidas no roçado, foi também motivo de resistências não só dos homens da comunidade, mas das próprias mulheres. Isto porque na produção agrícola o uso de agrotóxicos para o cultivo de supostos alimentos está presente em todo o mundo, seja na agricultura familiar, ou na agricultura industrial, ou a de larga escala. Afinal, não é por nada que encontramos no *cartel do veneno* as maiores fortunas do mundo reunidas no empreendimento da dominação planetária (SHIVA; SHIVA, 2020). Esse empreendimento passa pelos alimentos, primeiramente. Pois para uma população ser saudável, ativa e coparticipante das estruturas conformadoras das sociedades humanas demanda que consuma, e antes produza, alimentos reais. Ou, alimentos saudáveis, ricos nos nutrientes que vão compor e fortalecer nossos organismos e constituir o corpo potencializado nas resistências e nas lutas em prol da vida.

Neste sentido, no caminho do fortalecimento dos corpos que estão e fazem vida, a produção agroecológica alimenta a nós humanas/os e regenera a terra. Por esta razão, também, “aumentar a diversidade e o cultivo orgânicos tornaram-se necessidade imprescindível para adaptar nossos solos às mudanças climáticas” (SHIVA, 2017: 54). Nossas sociedades contemporâneas, afirma Vandana Shiva (2017), estão à espera da destruição, pois seus solos estão degradados, erodidos, envenenados, enterrados sob concreto e privados de vida.

Contrariando este cenário desolador o Grupo Mulheres de Dandara enfrentou, passo-a-passo, as adversidades e conflitos intrafamiliar, intracomunidade e, também, as adversidades de uma terra devastada. A experiência acumulada pela Del nos trabalhos com a terra e também com o sindicato das/os trabalhadoras/es rurais de Camamu foi compartilhada e gerou a associação das integrantes do grupo ao sindicato de trabalhadoras/es rurais local. Numa realidade em que as comunidades e os assentamentos são organizados por meio de associações comunitárias que, em regra, são fomentadas por agentes externos e políticas públicas que privilegiam e legitimam homens, a sindicalização das agricultoras abre novos horizontes.

As práticas e experiências guardadas do ativismo sindical da Del contribuíram no fortalecimento coletivo do ‘Grupo Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos’. Tanto que, após conquistar os quatro hectares de terra para trabalhar, o Grupo conseguiu registrar essa terra junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para as mulheres, exclusivamente. A satisfação desse feito, ainda hoje, está presente na memória da Del:

E aí o que aconteceu? A gente pegou essa área, quatro hectares, foi liberada pela associação..., aí quando era pra fazer o plano de desenvolvimento do assentamento, que é o governo federal que paga pra poder fazer o todo: a apanhagem do assentamento e o que é que espera a ser desenvolvido... Aí, a gente já tava com a ata, colocou dentro do plano esses quatro hectares que aí foi reconhecido de nível estado e nível federal. E tá lá dentro do plano, e aí a gente ... e nem o MST tem área assim desse jeito. Nem o MST tem! Que é uma organização muito bem articulada, mas não tem área específica. Eles têm área coletiva mista, mas específica não tem. (Del)

Ou seja, a área do roçado agroecológico está destinada, oficialmente pelos órgãos competentes do Poder Público federal, para o trabalho coletivo exclusivo de mulheres, no Assentamento Dandara dos Palmares. Del explica que essa conquista foi/é muito importante, pois para a grande maioria das famílias assentadas a titularidade da terra é do homem. No Assentamento de Dandara onze mulheres são assentadas tituladas. E essas onze titularidades realizadas em nome de mulheres-assentadas ocorreu à custa de muita luta. Desde a emissão dos documentos pessoais até à possibilidade de cadastramento junto ao INCRA, (para a titularidade de assentada rural), as mulheres tiveram que enfrentar, primeiramente, o marido/companheiro.

Com esta trajetória, implantada a dinâmica de trabalho do Grupo no roçado, a produção dos alimentos ali desenvolvida repercutiu na comunidade e na região. O Grupo “Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos”

⁵ Permanecem no grupo até o momento (2021), além da Del, quatro das integrantes do Grupo inicial que transformaram aquela antiga capoeira

passou a ser referência local e “muitas mulheres foram convidadas para participar de encontros dentro e fora de Dandara, tanto para capacitações como para trocas de conhecimentos com outros grupos.” (SOUSA; LEITE; RIOS, 2009: 19)

Os encontros no Assentamento levaram a fortalecer não só a capacitação de cada integrante do grupo, mas a autonomia de cada uma. Em 2004, na comunidade de Dandara foi implementada a produção de alimentos nos quintais das famílias assentadas, com plantas medicinais, criação de pequenos animais e também a produção de remédios caseiros. Um programa de reeducação alimentar foi iniciado na comunidade de Dandara, com o apoio do SASOP e da Pastoral da Criança. As capacitações e intercâmbios realizados pelo Grupo de Mulheres de Dandara proporcionaram a comercialização dos produtos agroecológicos na feira semanal do município de Camamu, bem como a formação de redes agroecológicas protagonizadas pelas mulheres do território Baixo-Sul da Bahia.

3. O circuito da comercialização agroecológica e a política relacional do cuidado com e pela vida

O roçado agroecológico das mulheres de Dandara espalhou sementes e frutificou para além da realidade das integrantes do Grupo. Com o avançar dos anos, o corpo-coletivo do roçado já contou com novas integrantes, bem como com a saída de outras que foram em busca de novos ares, fora do Assentamento⁵. Nesta perspectiva, identifico na formação e expansão das práticas e os conhecimentos engendrados na produção do roçado, um diálogo

numa área de produção agroecológica. Hoje, trabalham no roçado seis mulheres de Dandara.

intercultural e interpolítico *em feminino* que busca uma sintaxe adequada para expressar o que surge como luta e como anseio das entranhas das parcelas comunitárias que habitamos (GUTIÉRREZ AGUILAR, NAVARRO, LINSALATTA, 2016: 408). Esta trama ecológica da prática do conhecimento assume linguagem *em feminino* porque os reiterados ciclos de acumulação do capital, bem como as políticas de Estado que os acompanham e promovem, estão direta e intimamente relacionados com a consolidação de um pensamento e de ambientes, especificamente moldados para a inteligência e gestão dos negócios coletivos que é masculino-dominante (2016: 408).

A experiência do Grupo de Mulheres de Dandara com a produção agroecológica e o cultivo no roçado coletivo confirmam que a cultura patriarcal estruturadora e estruturante do sistema capitalista, que associa à figura da mulher toda sorte de depreciações e incapacidades, é falsa (SHIVA, 2013; 2017). Da mesma maneira que é falsa a possibilidade da exploração ilimitada da natureza. Assim, reivindicar o poder criativo e produtivo das mulheres e o poder da natureza como um sistema inteligente vivo, defende Shiva (2016), representa o mesmo processo e o caminho para alcançarmos a democracia da Terra.

No último março de 2021, o SASOP (2021) promoveu uma Roda de Conversas com três agricultoras do Território do Baixo-Sul da Bahia a fim de compartilharem suas experiências com a agroecologia e as suas lutas contra a violência sobre a mulher. A Del foi uma das participantes da conversa e ao falar sobre a relação da agroecologia e o mercado, nos ensina outro paradigma sobre valor, produção e renda. Ela afirma que, com a formação da Rede da Agroecologia no Território do Baixo-

Sul, a relação das agricultoras com a própria produção mudou significativamente. Com as trocas e partilhas engendradas na formação da Rede, a valorização do trabalho nessa agricultura vem desenhando uma política relacional totalmente diferente à imposta pelo mercado capitalista contemporâneo. De igual maneira, o reconhecimento e a valorização do trabalho das agricultoras com a terra e dos produtos gerados, vêm transformando, pouco a pouco, a realidade das relações comunitárias. Ela explica que com o uso da caderneta agroecológica, por exemplo, as agricultoras começa(ra)m a identificar o que produzem, a quantidade e o valor do próprio trabalho. Ela segue e afirma:

(...) quando a gente estamos trabalhando na questão da agroecologia, a gente não sabe o tamanho da imensidade que tem de produção e de valor. (...) Mas quando a gente começa a monitorar, a gente começa a estar, exatamente, anotando. Isto que é o desafio: anotar o que a gente come. O coentro, os ovos, a galinha que a gente come, que a gente deixou de ir pro mercado, isso é uma renda! É uma renda muito importante. Então, a gente consegue é estar passando essas questão pras agricultoras e para as famílias. (...) Porque isso é o potencial da agroecologia. A gente não quer dizer que a gente só está fazendo renda só quando a gente tá vendendo. Mas quando a gente tá trocando com a vizinha: que a gente tem uma penca de banana e ela nos dá uma abóbora. Gente, tem valor essa penca de banana e tem valor essa abóbora. Então, a gente vai transformar em real [moeda do Brasil] e a gente vamos saber que a gente temos aquela produção. (...) E sem contar com aquilo que a gente deixa de estar comprando, tipo: as plantas

medicinal que a gente faz, que está ali no nosso quintal, a gente faz o chá... isso é a questão da agroecologia. A gente usamos aquelas cascas de verdura, aquelas plantas que a gente faz adubo... Então a gente deixa de comprar no mercado o adubo, então a gente precisa estar valorizando também isso que a gente usa. O esterco da galinha, da cabra quando a gente tem, do gado... Então tudo isso tem valor. Se a gente vai comprar um saco de esterco, a gente sabe que é vinte reais. Então, se a gente sabe que a gente tem na nossa propriedade esse saco, a gente sabe, a gente precisa saber que a gente tem ali vinte reais. (...) Então a gente teve essa renda dessa produção. Se a gente faz um controle de formiga cortadeira, com as planta que a gente tem no quintal, com o roxinho, com outras plantas que a gente controlou aquele formigueiro, a gente deixou de ir lá no mercado comprar o veneno. A gente precisa saber. Qual é o valor de um pacote de veneno? É a gente botar aquilo ali. Isso é uma renda que a gente estamos tendo. Então isso aí tem um valor. (Del)

Com a experiência e narrativa da Del identifiquei um desenho de transição em curso, constituído e constituinte de políticas relacionais de cuidado. Isto porque, como explica Arturo Escobar (2017), quando desenhamos as alternativas-práticas existentes estamos configurando formas de ser/estar/fazer o mundo. Lembra Shiva e Shiva (2020), que “o mundo que criamos é um produto do nosso pensamento. Ele não pode ser transformado sem que transformemos o nosso pensamento. (Albert Einstein)⁶” (2020: 20). Os desenhos de transição estão umbilicalmente ligados às políticas de relacionais e ao comum/comunal/comunitário. A

autonomia coletiva re/apropriada pela comunidade abre o caminho para a re/orientação dos territórios. É dizer, a re/geração do lugar, das pessoas, suas culturas, comunidades e os bens comuns. (ESCOBAR, 2017: 174-175)

Por meio das práticas agroecológicas, o Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, introduziu no município de Camamu política de relacionalidade e cuidado. A cultura do cuidado considera que as práticas de cooperação, solidariedade, reciprocidade e complementaridade possibilitam à comunidade humana alcançar um mundo sustentável, no qual todas as alteridades coabitam em equilíbrio. Pois “toda a vida humana e não-humana tem lugar dentro de uma matriz relacional” (ESCOBAR, 2016: 36). Nesta o cuidado é realizado por toda a comunidade humana a despeito da identificação de gênero; seja o cuidado para consigo, para com as/os outras/os e para com a Terra numa contínua preservação, criação e proteção da vida (HERRERO *et al*, 2019).

Com a comercialização de produtos agroecológicos e os intercâmbios realizados, frequentemente, entre as agricultoras, a transição para uma política de relacionalidade e cuidado percorre todo território do Baixo-Sul da Bahia. Mesmo sem nominar, expressamente, essas agricultoras realizam o autocuidado, o cuidado com a Terra e com toda manifestação da vida, humana ou não, no seu lugar/espaço/território no mundo. Desta experiência, confirmo Escobar (2017) quando afirma que a dimensão da autonomia baseada no lugar, majoritariamente, é protagonizada pelas mulheres que, historicamente, são pressionadas à decisão, organização e gestão dos seus territórios, dos recursos

⁶ Tradução livre da autora.

existentes, das pessoas e, ainda, defendem modos coletivos de ser.

Assim, as políticas desenhadas a partir da produção agroecológica do Grupo de Mulheres de Dandara significa resposta concreta à imposição das formas específicas de organização das relações humanas com todas as demais manifestações da vida presentes no sistema capitalista contemporâneo. Logo, a pretensão de ser um sistema totalitário e dominador de todo o globo terrestre é falsa (CUNHA, 2011, 2017; MIES, 2014; FEDERICI, 2018a, 2018b; KHOTARI *et al.*, 2019). O reconhecimento do pluriverso contido nas economias da vida abre espaço à diversidade de conhecimentos, às práticas socioeconômicas em criação e construção permanentes em muitas das experiências que estão operativas no planeta. E além disso, estas abraçam racionalidades integradoras da coexistência humana e não-humana aptas a coexistirem de maneira mais harmônica e sustentável.

4. Considerações finais

A experiência levada a cabo pelas *Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos* revela, a um só tempo, a diversidade epistemológica presente no mundo, que a vida é regida por responsabilidades compartilhadas e buscas que, intencionalmente, criam um conjunto de condições e metodologias que permitem a transferabilidade e aplicabilidade de conhecimentos concretos (CUNHA; VALLE, 2019). E também, a prática agroecológica que elas realizam dissemina um modo alternativo e criativo de ser e estar no mundo desde outras racionalidades que integram a vida à economia e a coexistência humana e não-humana onde elas estão. A prática da roça agroecológica foi e é para elas o instrumento de mudança que traçou o caminho das transformações e

conquistas em suas vidas, a despeito dos desafios, resistências e enfrentamentos encontrados e vivenciados.

Assim, as lutas e resistências ao paradigma hegemônico da agricultura extrativista-capitalista atual *em feminino* guardam a reivindicação e a valorização ecofeminista da cultura do cuidado e contribuem na re/fundação de políticas de relacionalidades. Nestas a vida está no centro da ação e percepção do mundo, assim como os desejos, as práticas cotidianas, as organizações individual-coletiva e as produção e reprodução sociais. Nestas dinâmicas a cultura do cuidado é re/apropriada por meio dos valores da cooperação, reciprocidade e complementaridade. Valores esses imprescindíveis à integração e à possibilidade para a sociedade humana continuar a coabitar no planeta Terra.

Referências

- CUNHA, T. A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias econômicas contemporâneas. In Teresa Amal (Org.). **Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver**. Porto-Portugal: Afrontamento, 2011.
- CUNHA, T. **Women InPower Women. Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- CUNHA, T. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. In Xoán Hermida González (Coord.). **[Re]Pensar a democracia**. Corunha-Galícia: Foro obencomún, p. 101-134, 2017.
- CUNHA, T.; VALLE, L. de P. O respeito à economia da vida e as pedagogias ecofeministas. Reflexões sobre a prática da agroecologia e do *hamutuk*. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 12, n. 22, 2019.
- ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse. Radical Interdependence, Autonomy, and Making of Worlds**. Durham-Carolina do Norte: Duke University Press, 2017.
- ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño. La realización de lo comunal**. Trad. Cristóbal

Gnecco. Cauca-Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero.** Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Trad. Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz. 2ª Ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018a.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018b.

FEDERICI, S. **Calibán y La bruja.** Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Trad. Verónica Hendel y Leopoldo Sebastián Touza. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

GALEANO, Eduardo. Um outro mundo está na barriga deste, infame. **Eduardo Galeano en La #acampadaBCN**, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=234&v=mdY64TdriJk Acesso em: 02 março 2019.

GARGALLO CELENTANI, F. **Feminismo desde Abya Yala.** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: UACM, 2015.

GEBARA, I. **Longing for Running Water: Ecofeminism and Liberation.** Minneapolis: Fortress Press, 1999.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. Sobre este livro. In Khotari, A. *et al.* **Pluriverso: Un Diccionario del Postdesarrollo.** Barcelona: Icaria, p. 10, 2019.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R.; NAVARRO, M. L.; LINSALATA, L. Repensar lo político, pensar lo común. Claves para la discusión. In Daniel Inclán, Lucía Linsalata & Mágina Millán (Coords.). **Modernidades alternativas.** México: FCPyS / UNAM, p. 381-417, 2016.

HARAWAY, D. **Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno.** Trad. Helen Torres. Bilbao-País Vasco: Consonni, 2019.

HERRERO, Y. et al. **Cambiar las gafas para mirar el mundo. Una nueva cultura de la sostenibilidad.** 4ª ed. Madrid: Libros en Acción, 2019.

JACOB, L. Agroecologia. **Dicionário Alice.** Coimbra-Portugal: Centro de Estudos Sociais, 2019. ISBN: 978-989-8847-08-9. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pa>

[g=23918&id_lingua=1&entry=24435](https://www.youtube.com/watch?v=23918&id_lingua=1&entry=24435) em 29 dezembro 2020.

JUBETO RUIZ, Y.; LARRAÑAGA SARRIEGI, M.; VALLE, L. de P. Propuestas feministas por la despatriarcalización y descolonización de los territorios y a favor de la red de la vida. **In Territorios en conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida.** Colección Red Gernika, p. 119-156, 2019.

KHOTARI, A. *et al.* **Pluriverso: Un Diccionario Del Postdesarrollo.** Barcelona: Icaria, 2019.

MASOLO, D. A. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. **In** Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologias dos Sul.** Coimbra: Almedina-CES, p. 507-530, 2009.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution.** Originally published in 1980; with new preface in 1990. San Francisco: Harper & Row Publishers, 1990.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism.** First published in 1993. London: Zed Books, 2014.

MIES, M. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour.** First published in 1986. London: Zed Books, 2014.

PAREDES, J. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario.** 2ª Ed. Ciudad de México: Cooperativa el Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, 2014.

PATEL, R.; MOORE, J. **A história do mundo em sete coisas baratas.** Um guia sobre o capitalismo, a natureza e o futuro do planeta. Trad. Alberto Gomes. Lisboa: Presença, 2018.

PULEO, A. **Ecofeminismo para otro mundo posible.** Madrid: Cátedra. Colección Feminismos, 2013.

SASOP. **SASOP convida mulheres da Agroecologia.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I6MCPNEsXLQ> em: 18 março 2021.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. Documentación Social. **Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**, España, n.155, p. 23-39, 2009.

SHIVA, V. **Making Peace with the Earth.** London: Pluto Press, 2013.

SHIVA, V. **Earth Democracy: Justice, Sustainability and Peace**. London: Zed Books, 2016.

SHIVA, V. **¿Quién alimenta realmente al mundo?** El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Trad. Amelia Pérez de Villar. Madrid: Capitán Swing, 2017.

SHIVA, V; SHIVA, K. **Oneness vs the 1%. Shattering Illusions, Seeding Freedom**. London: Chelsea Green Publishing, 2020.

SOUSA, A. C.; LEITE, C. E. de S.; RIOS, L. Roça agroecológica das mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, Camamu (BA). **Agriculturas**, AS-PTA, Brasil, v.6, n.4, p. 17-21, 2009.

SVAMPA, M. **Las fronteras del Neoextractivismo en América Latina**. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara y CALAS, 2019.

VALLE, L. de P. El ecofeminismo como propulsor de la expansión de la racionalidad

ambiental. Trad. Claudia Jana Sinibaldi Bento. **Ecología Política**, Catalunya, n. 54, p. 28-36, 2017.

VALLE, L. de P. Ecofeminismo. **Dicionário Alice**. Coimbra-Portugal: Centro de Estudos Sociais, 2019a. ISBN: 978-989-8847-08-9. Disponível em: https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&page=23918&id_lingua=1&entry=24270 em: 30 abril 2019.

VALLE, L. de P. Reflexões sobre práticas de artesanía ecofeminista e pedagogia ambiental. Por uma política da natureza humana e não-humana. **Saberes y prácticas. Revista de Filosofía y Educación**, Mendoza-Argentina: Centro de investigaciones interdisciplinarias de filosofía en la escuela (CIIFE) - FFyL – UNCUYO, v. 4, p. 1-19, 2019b.

Recebido em 2021-05-24
Publicado em 2021-06-01